

# Companhia Paranaense de Gás - Compagas

**Demonstrações financeiras referentes  
aos exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2019 e de 2018**

# Conteúdo

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b> | <b>3</b>  |
| <b>Balancos patrimoniais</b>  | <b>5</b>  |
| <b>Demonstrações de resultados</b>  | <b>6</b>  |
| <b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>                                  | <b>7</b>  |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>                         | <b>8</b>  |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>                      | <b>9</b>  |
| <b>Demonstrações dos valores adicionados</b>                                    | <b>10</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>                          | <b>11</b> |

## **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro  
de 2019**

**31 de janeiro de 2020.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**  
**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da**  
**COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**  
**Curitiba – PR**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A administração da Companhia, assim como os seus assessores jurídicos, encontram-se em processo de análise, discussão, monitoramento e entendimento, dos aspectos legais e negociais inerentes ao prazo do contrato de concessão estabelecidos no Decreto Lei nº 4.695/1989 e na Lei Complementar Estadual nº 205/2017, considerando também as medidas necessárias junto ao poder concedente para assegurar o pleno entendimento sobre os termos do contrato e assegurar, conseqüentemente, a continuidade legal das suas operações.



A administração da Companhia encontra-se em processo de discussão junto aos órgãos reguladores do Estado do Paraná e entende que cumpre e cumprirá as exigências aplicáveis como concessionária conforme descrito na referida Lei Estadual.

As demonstrações foram elaboradas considerando a continuidade das operações até 2024, conforme descrito na Nota 1 às demonstrações contábeis. Os efeitos de eventuais medidas ou decisões adversas, decorrentes dessas incertezas de definição de prazo legal final da concessão, poderão ocasionar efeitos ainda não estimados e conclusivos pela administração, nesse momento, nas operações da Companhia.

As demonstrações da Companhia foram preparadas levando em consideração que a mesma continuará em operação, e a administração da Companhia não possui nenhuma expectativa de mudança de plano de realização dos seus ativos até o exercício de 2024, bem como está avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Reconhecimento de receita**

O reconhecimento da receita da Companhia é decorrente da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme descrito e demonstrado nas notas explicativas 1 e 18. Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações e à grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Nossa abordagem de auditoria baseou-se em testes substantivos, incluindo: (i) teste de recebimentos subsequentes de faturas, em uma base de amostragem; (ii) teste sobre as receitas não faturadas analisando o processo de mensuração da Administração; (iii) testes documentais em transações, para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e (iv) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.





Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que são consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto.

## **Ativos de concessão – ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível**

De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos, a Companhia incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, que são registrados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e conseqüente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em função dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

## **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Em decorrência dos efeitos no ativo intangível da modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros: Inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciam os gastos com ampliação da rede, com a atenção para a correta classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa.

Para as obras em curso durante o exercício de 2019, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados à obra até 31 de dezembro de 2019.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

### **Créditos Tributários**

Conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações contábeis, em 28 de março de 2019 transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nestas Demonstrações contábeis, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos, no valor total de R\$ 143.618 mil, conforme procedimento regrado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

### **Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em impostos para nos ajudar a avaliar os impactos fiscais envolvidos.

Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 8, efetuadas pela Companhia, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e de realização de tais créditos no curto e longo prazo.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para realização dos referidos créditos tributários utilizados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os





aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e; emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS**. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS** a não mais se manter em continuidade operacional;



**Russell Bedford**

*taking you further*

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos  
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

**Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em milhares de reais)

|   | Nota   | 31/12/2019     | 31/12/2018     |   | Nota    | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|---|--------|----------------|----------------|---|---------|----------------|----------------|
| <b>Ativo</b>                            |        |                |                | <b>Passivo</b>                                    |         |                |                |
| <b>Circulante</b>                       |        |                |                | <b>Circulante</b>                                 |         |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa           | 4      | 141.696        | 90.155         | Fornecedores                                      | 11      | 5.715          | 6.034          |
| Contas a receber de clientes            | 6      | 98.238         | 90.762         | Contas a pagar partes relacionadas                | 11 e 15 | 77.319         | 91.147         |
| Contas a receber de partes relacionadas | 6 e 15 | 1.601          | 6.751          | Debêntures  | 17      | 34.547         | 5.919          |
| Estoques                                |        | 842            | 1.977          | Impostos a pagar                                  | 12      | 59.719         | 12.323         |
| Impostos a recuperar                    | 8      | 69.473         | 13.692         | Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar |         | 6.640          | 6.972          |
| Créditos nas operações de venda de gás  | 7      | 1.412          | 776            | Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar  | 14.4    | 44.178         | 19.600         |
| Despesas antecipadas                    |        | 232            | 185            | Passivo de arrendamentos                          | 25      | 1.698          | -              |
| Outros ativos                           |        | 401            | 424            | Outros passivos                                   |         | 6.375          | 4.271          |
|   |        | <u>313.895</u> | <u>204.722</u> |   |         | <u>236.191</u> | <u>146.266</u> |
| <b>Não circulante</b>                   |        |                |                | <b>Não circulante</b>                             |         |                |                |
| Aplicações financeiras                  | 5      | 7.894          | 7.539          | Debêntures  | 17      | 20.236         | 11.733         |
| Créditos nas operações de venda de gás  | 7      | 135.000        | 93.955         | Benefícios a empregados                           | 16      | 8.846          | 6.159          |
| Impostos a recuperar                    | 8      | 75.459         | -              | Contas a pagar partes relacionadas                | 11 e 15 | -              | 28.445         |
| Despesas antecipadas                    |        | 66             | 110            | Provisão para contingências                       | 13      | 549            | 257            |
| Depósitos judiciais                     |        | 124            | 89             | Passivo de arrendamentos                          | 25      | 13.791         | -              |
| Ativos financeiros da concessão         | 10.2   | 144.813        | 123.001        | Imposto de renda e contribuição social diferidos  | 9.3     | 20.982         | 5.671          |
| Intangível                              | 10.3   | 154.332        | 178.257        |   |         | <u>64.404</u>  | <u>52.265</u>  |
| Direito de uso de ativos                | 25     | 14.907         | -              | <b>Patrimônio líquido</b>                         |         |                |                |
|   |        | <u>532.595</u> | <u>402.951</u> | Capital social                                    | 14.1    | 220.966        | 220.966        |
|   |        |                |                | Reservas de lucro                                 |         | 326.675        | 188.646        |
|   |        |                |                | Ajuste de avaliação patrimonial                   |         | (1.746)        | (470)          |
|   |        |                |                |   |         | <u>545.895</u> | <u>409.142</u> |
| Total do ativo                          |        | <u>846.490</u> | <u>607.673</u> | Total do passivo e do patrimônio líquido          |         | <u>846.490</u> | <u>607.673</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

|  | Nota | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|--|------|----------------|----------------|
| Receita líquida - venda de gás e serviços  | 18   | 756.650        | 565.904        |
| Receita de construção  | 18   | 12.153         | 13.478         |
| <b>Total da receita líquida</b>  |      | <b>768.803</b> | <b>579.382</b> |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados   | 19   | (656.873)      | (472.764)      |
| Custo de construção  | 19   | (12.153)       | (13.478)       |
| <b>Lucro bruto</b>   |      | <b>99.777</b>  | <b>93.140</b>  |
| Despesas com vendas  | 19   | (11.626)       | (18.032)       |
| Despesas gerais e administrativas  | 19   | (39.609)       | (45.734)       |
| Outras receitas operacionais, líquidas   | 20   | 172.213        | 68.284         |
| <b>Lucro antes das (despesas) receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social</b> |      | <b>220.755</b> | <b>97.658</b>  |
| Receitas financeiras   | 21   | 57.449         | 19.135         |
| Despesas financeiras   | 21   | (10.680)       | (17.538)       |
|  |      | 46.769         | 1.597          |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>                                |      | <b>267.524</b> | <b>99.255</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente  | 9.1  | (65.541)       | (9.686)        |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido  | 9.1  | (15.968)       | (7.042)        |
| <b>Lucro líquido do período</b>  |      | <b>186.015</b> | <b>82.527</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

*(Em milhares de Reais)*

|   | <u>31/12/2019</u>     | <u>31/12/2018</u>    |
|---|-----------------------|----------------------|
| <b>Lucro líquido do período</b>   | 186.015               | 82.527               |
| Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria                | (1.935)               | 284                  |
| Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria | <u>658</u>            | <u>(96)</u>          |
| <b>Resultado abrangente do período</b>                                  | <u><u>184.738</u></u> | <u><u>82.715</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

|   | Nota | Reservas de lucros |               |                               | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes   | Total          |
|---|------|--------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|---------------------------------|----------------|
|   |      | Capital social     | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros |                   | Ajuste de avaliação patrimonial |                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>       |      | <b>220.966</b>     | <b>25.918</b> | <b>103.147</b>                | -                 | <b>(657)</b>                    | <b>349.374</b> |
| Resultado atuarial líquido                    |      | -                  | -             | -                             | -                 | 188                             | 188            |
| Lucro líquido do exercício                    | 14.4 | -                  | -             | -                             | 82.527            | -                               | 82.527         |
| Destinações:                                  |      |                    |               |                               |                   |                                 |                |
| Constituição de reserva legal                 |      | -                  | 4.126         | -                             | (4.126)           | -                               | -              |
| Dividendos obrigatórios                       | 14.4 | -                  | -             | -                             | (22.947)          | -                               | (22.947)       |
| Constituição de reserva de retenção de lucros |      | -                  | -             | 55.454                        | (55.454)          | -                               | -              |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>       |      | <b>220.966</b>     | <b>30.044</b> | <b>158.601</b>                | -                 | <b>(469)</b>                    | <b>409.142</b> |
| Resultado atuarial líquido                    |      | -                  | -             | -                             | -                 | (1.277)                         | (1.277)        |
| Lucro líquido do exercício                    | 14.4 | -                  | -             | -                             | 186.015           | -                               | 186.015        |
| Destinações:                                  |      |                    |               |                               |                   |                                 |                |
| Constituição de reserva legal                 |      | -                  | 9.301         | -                             | (9.301)           | -                               | -              |
| Dividendos obrigatórios                       | 14.4 | -                  | -             | -                             | (47.985)          | -                               | (47.985)       |
| Constituição de reserva de retenção de lucros |      | -                  | -             | 128.729                       | (128.729)         | -                               | -              |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>       |      | <b>220.966</b>     | <b>39.345</b> | <b>287.330</b>                | -                 | <b>(1.746)</b>                  | <b>545.895</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

|  | Nota | 31/12/2019      | 31/12/2018      |
|--|------|-----------------|-----------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                           |      |                 |                 |
| <b>Lucro líquido do período</b>  |      | <b>186.015</b>  | <b>82.527</b>   |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:                       |      |                 |                 |
| Depreciação e amortização  | 10.3 | 30.880          | 29.012          |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social                            | 9    | 81.509          | 16.728          |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa                                 | 6    | 1.063           | 6.017           |
| Perda para ajuste de preço nas operações de compra de gás                    |      | (39.487)        | (44.981)        |
| Provisão para contingências  | 13   | 2.979           | 606             |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures                  |      | 1.194           | 2.627           |
| Variações monetárias sobre ativo financeiro                                  |      | (9.181)         | (9.184)         |
| Resultado na baixa do intangível   |      | (29)            | 1.010           |
|  |      | 254.943         | 84.362          |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>                                       |      |                 |                 |
| (Aumento) de aplicação financeira  |      | (355)           | (367)           |
| (Aumento) de contas a receber de clientes e outras                           |      | (3.389)         | (59.368)        |
| Redução de estoques  |      | 1.135           | 510             |
| (Aumento) redução de tributos a recuperar                                    |      | (132.255)       | 5.748           |
| (Aumento) redução de créditos nas operações de compra gás                    |      | (2.194)         | 22.728          |
| (Aumento) redução de depósitos judiciais                                     |      | (35)            | 54              |
| (Aumento) de despesas antecipadas  |      | (3)             | (44)            |
| Redução de outros ativos   |      | 23              | 75              |
| (Redução) aumento de fornecedores de gás e contas a pagar                    |      | (42.592)        | 18.626          |
| Aumento de impostos a pagar  |      | (65)            | 5.658           |
| (Redução) de obrigações trabalhistas e encargos sociais                      |      | (332)           | (633)           |
| (Redução) Pagamento de juros   |      | (1.445)         | -               |
| (Redução) Adiantamento de Clientes   |      | -               | (357)           |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social                          |      | (22.127)        | (10.702)        |
| Encargos de empréstimos e financiamentos pagos                               |      | 2.026           | -               |
| Aumento de outras contas a pagar   |      | 1.425           | (1.374)         |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>                    |      | <b>54.760</b>   | <b>64.916</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>                       |      |                 |                 |
| Aquisição de ativo intangível  | 10   | (17.600)        | (15.643)        |
| Alienação do intangível  | 10   | 69              | 26              |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>                 |      | <b>(17.531)</b> | <b>(15.617)</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                       |      |                 |                 |
| Dividendos pagos   |      | (19.600)        | (15.573)        |
| Amortizações de principal de passivo de arrendamentos                        | 25   | (2.026)         | -               |
| Recursos provenientes da emissão de debêntures                               |      | 43.000          | -               |
| Pagamento de encargos  |      | (1.188)         | (2.589)         |
| Pagamento de debêntures  |      | (5.874)         | (25.061)        |
| <b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b> |      | <b>14.312</b>   | <b>(43.223)</b> |
| <b>(Redução) aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa</b>         |      | <b>51.541</b>   | <b>6.076</b>    |
| No início do exercício   |      | 90.155          | 84.079          |
| No fim do exercício  |      | 141.696         | 90.155          |
|  |      | 51.541          | 6.076           |

## Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS

### Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

|   | Nota | <u>31/12/2019</u>     | <u>31/12/2018</u>     |
|---|------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Receitas</b>   |      |                       |                       |
| Venda de produtos e serviços                            |      | 1.022.547             | 762.515               |
| (-) ICMS - substituição tributária                      |      | (7.795)               | (6.999)               |
| Outras receitas   |      | <u>125.804</u>        | <u>35.569</u>         |
|   |      | 1.140.556             | 791.085               |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                  |      |                       |                       |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados   |      | (735.575)             | (504.984)             |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros      |      | (17.211)              | (22.512)              |
| Outros  |      | <u>(19.788)</u>       | <u>(30.609)</u>       |
|   |      | (772.574)             | (558.105)             |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                           |      | <b><u>367.982</u></b> | <b><u>232.980</u></b> |
| Depreciação e amortização                               | 10.3 | (30.880)              | (29.012)              |
| <b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b> |      | <b><u>337.102</u></b> | <b><u>203.968</u></b> |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>       |      |                       |                       |
| Receitas financeiras                                    | 21   | <u>57.449</u>         | <u>19.135</u>         |
|   |      | 57.449                | 19.135                |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>              |      | <b><u>394.551</u></b> | <b><u>223.103</u></b> |
| <b>Pessoal</b>  |      |                       |                       |
| Remuneração direta                                      |      | 24.537                | 23.598                |
| Benefícios  |      | 6.448                 | 6.496                 |
| FGTS  |      | <u>1.374</u>          | <u>1.531</u>          |
|   |      | 32.359                | 31.625                |
| <b>Impostos, taxas e contribuições</b>                  |      |                       |                       |
| Federais  |      | 60.398                | 8.105                 |
| Estaduais   |      | 105.169               | 78.257                |
| Municipais  |      | <u>23</u>             | <u>124</u>            |
|   |      | 165.590               | 86.486                |
| <b>Remuneração de capitais de terceiros</b>             |      |                       |                       |
| Juros, multas e variações monetárias                    |      | 10.680                | 17.538                |
| Aluguéis  |      | <u>(93)</u>           | <u>4.926</u>          |
|   |      | 10.587                | 22.464                |
| <b>Remuneração de capitais próprios</b>                 |      |                       |                       |
| Dividendos  | 16   | 22.608                | 635                   |
| Juros sobre o capital próprio                           |      | 25.377                | 22.312                |
| Lucros retidos  |      | <u>138.030</u>        | <u>59.581</u>         |
|   |      | 186.015               | 82.528                |
| <b>Valor adicionado distribuído</b>                     |      | <b><u>394.551</u></b> | <b><u>223.103</u></b> |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

### 1. Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994, podendo ser prorrogado mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

Estas demonstrações financeiras refletem o entendimento da Companhia e dos seus acionistas de que o término da concessão se dá em julho de 2024, nos termos da cláusula 1.1 do Contrato de Concessão, em que pese o contido no artigo 15 da Lei Complementar Estadual nº 205/2017, que trouxe nova interpretação quanto ao término do prazo da concessão.

Isso porque, em que pese a referida lei continuar vigente, a Administração da Companhia, baseada em pareceres dos seus assessores jurídicos, bem como em deliberação de Assembleia de Acionistas, questiona judicialmente os efeitos da referida lei, tendo obtido decisão liminar favorável ao entendimento da Companhia sobre os termos do contrato de concessão e à continuidade das suas operações até julho de 2024.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998, possui atualmente uma rede de distribuição de 833 km e conta com 162 colaboradores.

### 2. Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A diretoria da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020.

## **2.2 Base de mensuração**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que corresponde às utilizadas por ela em sua gestão.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- (a) *Impairment* do contas a receber: A perda estimada para o recebimento de créditos é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original. A Companhia faz uma análise individual dos

devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

- (b) Provisões: As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.
- (d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores e premissas que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 16.

### **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis, as bases e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis e estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Demonstração do valor adicionado**

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia.

Como consequência, pelas IFRS, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

### **3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)**

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu recálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados as operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

### **3.3 Empréstimos e financiamentos**

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

### **3.4 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

### **3.5 CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil**

A norma CPC 06 (R2) (IFRS 16) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente características que estão no alcance da isenção da norma.

#### **Método de transição**

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional, e aplicou o pronunciamento apenas aos contratos vigentes em 01/01/2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com a CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento prevista para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de até 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor, como por exemplo computadores, impressoras e móveis, cujos valores sejam inferiores a R\$ 18.000,00. Estes contratos são reconhecidos como custos e/ou despesas operacionais de arrendamento em base linear conforme previsto na norma, durante a vigência do contrato.

### **Uso de julgamento**

#### Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário

A Companhia considerou para todos os contratos de arrendamento com partes relacionadas e terceiros, a taxa de juros necessária para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura. A taxa adotada pela Companhia foi de 9,10% a.a, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a uma taxa média de operações de empréstimos no mercado.

#### Prazo de arrendamento para os contratos com prazo indeterminável

A Companhia possui contratos de arrendamento com prazos indeterminados. Para estes contratos, foi adotada como estimativa de prazo sua prorrogação máxima até 60 meses.

#### Efeitos na aplicação inicial

Os novos requerimentos do CPC 06 (R2) (IFRS 16) produziram os seguintes impactos no reconhecimento e apresentação dos contratos de arrendamento e alugueis:

| Demonstrações Financeiras                           | CPC 06 (R1) / IAS 17     | CPC 06 (R2) / IFRS16                    |
|---|--------------------------|---|
| <b>Balanco Patrimonial</b>                          |                          |   |
| Ativo não circulante                                | -                        | Direito de uso de ativos                |
| Passivo circulante e passivo não circulante         | -                        | Passivo de arrendamento                 |
| <b>Demonstração de Resultado</b>                    |                          |   |
| Custos Operacionais                                 | Arrendamentos e alugueis | Amortização do direito de uso de ativos |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais             | Arrendamentos e alugueis | Amortização do direito de uso de ativos |
| Despesa Financeira                                  | -                        | Juros sobre o passivo de arrendamento   |
| <b>Demonstração de Fluxo de Caixa</b>               |                          |   |
| Pagamentos de juros de passivos de arrendamento     | -                        | Atividade operacional                   |
| Pagamentos de principal de passivos de arrendamento | -                        | Atividade de financiamento              |

Os efeitos da adoção inicial estão apresentados na nota 25.

### **3.6 ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

A norma ICPC 22 (IFRIC 23) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo aplicar critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, exigindo que as empresas considerem o valor que melhor refletir a incerteza entre os métodos do valor esperado e do valor mais provável.

A Companhia, após analisar os itens sujeitos a abrangência do ICPC22, concluiu que a aplicação desta norma não terá reflexos nas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos                                | 2.145             | 9.366             |
| Aplicações financeiras                        |                   |                   |
| Fundos de investimento                        | 57.764            | 34.961            |
| CDBs  | 81.787            | 45.828            |
| <b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b> | <b>141.696</b>    | <b>90.155</b>     |

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB e fundos de investimentos referenciados à taxa DI, distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecidos pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2019 é de 5,94% (6,42% em 31 de dezembro de 2018).

#### 5. Aplicações financeiras

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Fundos de investimento                 | 7.894             | 7.539             |
| <b>Total de aplicações financeiras</b> | <b>7.894</b>      | <b>7.539</b>      |
| Ativo não circulante                   | 7.894             | 7.539             |

Aplicações no montante de R\$ 7.894 em fundos de investimento junto à Caixa Econômica Federal, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 17. A remuneração média destes fundos é de 98,7% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rentabilidade média em 2019 de 4,64% (6,08% em 31 de dezembro de 2018).

#### 6. Contas a receber de clientes

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Distribuição de gás canalizado                    | 112.367           | 109.625           |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (12.528)          | (12.112)          |
| <b>Total de contas a receber, liquidas</b>        | <b>99.839</b>     | <b>97.513</b>     |
| Contas a receber de clientes                      | 98.238            | 90.762            |
| Contas a receber de partes relacionadas (nota 15) | 1.601             | 6.751             |

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

|                                  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial                    | (12.112)          | (6.254)           |
| Adições                          | (1.063)           | (6.017)           |
| Baixas                           | 647               | 159               |
| <b>Saldo no fim do exercício</b> | <b>(12.528)</b>   | <b>(12.112)</b>   |

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

|                                   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer                          | 91.852            | 94.040            |
| Vencidos até 60 dias              | 8.824             | 4.383             |
| Vencidos de 61 até 180 dias       | 1.216             | 1.376             |
| Vencidos acima de 181 dias        | 10.475            | 9.826             |
| <b>Total das contas a receber</b> | <b>112.367</b>    | <b>109.625</b>    |

A partir de 1º janeiro de 2018, as Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes.

O cálculo considera critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação dos créditos e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

A Companhia considera que as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Créditos de gás ToP ( <i>Take or Pay</i> ) (*)      | -                 | 5.969             |
| Créditos de gás QPNR (Quant. Paga não Retirada) (*) | 135.639           | 87.497            |
| Créditos nas operações de venda de gás              | 773               | 1.265             |
| <b>Total</b>  | <b>136.412</b>    | <b>94.731</b>     |
| Ativo circulante                                    | 1.412             | 776               |
| Ativo não circulante                                | 135.000           | 93.955            |

(\*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, com contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o ano de 2022. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2019 será efetuada integralmente. Todavia, a sua utilização esta restrita ao uso somente da Companhia, e será efetuada ao longo desse período considerando eventuais ajustes a valores justos.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

| <b>Ano</b>   | <b>Valor a compensar</b> |
|--------------|--------------------------|
| 2020         | 75.027                   |
| 2021 e 2022  | 61.385                   |
| <b>Total</b> | <b>136.412</b>           |

## 7.1 Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 859.211 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte.

Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da commodity e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2019.

## 8. Impostos a recuperar

|                                       | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRPJ e CSLL a compensar (a)           | -                 | 12.328            |
| IRRF a compensar                      | 1.315             | 1.214             |
| PIS a compensar (b)                   | 25.716            | -                 |
| COFINS a compensar (b)                | 117.902           | -                 |
| Outros impostos                       | -                 | 150               |
| <b>Total dos impostos a recuperar</b> | <b>144.933</b>    | <b>13.692</b>     |
| Ativo circulante                      | 69.473            | 13.692            |
| Ativo não circulante                  | 75.459            | -                 |

- (a) O saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras e o saldo de IRPJ e CSLL a compensar, do recolhimento por estimativa.
- (b) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019 transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nestas Demonstrações Financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R\$ 143.618, conforme procedimento regado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017.

|   | <u>31/12/2019</u> |
|---|-------------------|
| Valor original dos créditos                         | 105.184           |
| Juros Selic   | 38.434            |
| <b>Valor atualizado da habilitação dos créditos</b> | <b>143.618</b>    |

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir.

| Ano          | Valor          |
|--------------|----------------|
| 2020         | 68.158         |
| 2021         | 21.448         |
| 2022         | 20.908         |
| 2023         | 20.908         |
| 2024         | 12.196         |
| <b>Total</b> | <b>143.618</b> |

## 9. Imposto de renda e contribuição social

### 9.1 Resultado do exercício

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Imposto corrente  |                   |                   |
| Imposto de renda  | (47.811)          | (6.997)           |
| Contribuição social   | <u>(17.730)</u>   | <u>(2.689)</u>    |
|   | (65.541)          | (9.686)           |
| Imposto diferido  |                   |                   |
| Imposto de renda  | (11.741)          | (5.178)           |
| Contribuição social   | <u>(4.227)</u>    | <u>(1.864)</u>    |
|   | (15.968)          | (7.042)           |
| <b>Total Despesa com imposto de renda e contribuição social</b> | <b>(81.509)</b>   | <b>(16.728)</b>   |

### 9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL):

| Descrição:  | <u>31/12/2019</u> |                 | <u>31/12/2018</u> |                |
|---|-------------------|-----------------|-------------------|----------------|
|   | <u>IRPJ</u>       | <u>CSLL</u>     | <u>IRPJ</u>       | <u>CSLL</u>    |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social         | 267.525           | 267.525         | 99.255            | 99.255         |
| Adições e exclusões permanentes                               |                   |                 |                   |                |
| Contribuições, doações e patrocínio                           | 1.183             | 1.183           | 773               | 773            |
| Juros sobre o capital próprio                                 | (25.377)          | (25.377)        | (22.312)          | (22.312)       |
| Adições e exclusões temporárias                               |                   |                 |                   |                |
| Ajuste a valor justo de ativos                                | (25.106)          | (25.106)        | (52.980)          | (52.980)       |
| Outros  | <u>(21.207)</u>   | <u>(21.223)</u> | 5.141             | 5.141          |
| <b>Total</b>  | <b>197.016</b>    | <b>197.000</b>  | <b>29.877</b>     | <b>29.877</b>  |
| Alíquota  | 25%               | 9%              | 25%               | 9%             |
| <b>IRPJ e CSLL à alíquota nominal</b>                         | <b>(49.254)</b>   | <b>(17.730)</b> | <b>(7.469)</b>    | <b>(2.689)</b> |
| Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc)                  | 1.443             | -               | 543               | -              |
| Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado | (47.811)          | (17.730)        | (6.997)           | (2.689)        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado | (11.741)          | (4.227)         | (5.178)           | (1.864)        |
| <b>Total</b>  | <b>(59.552)</b>   | <b>(21.957)</b> | <b>(12.175)</b>   | <b>(4.553)</b> |

### 9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Ativo:</b>                              |                   |                   |
| Provisão atuarial                          | 8.846             | 6.159             |
| Provisão para riscos trabalhistas e cíveis | 549               | 257               |
| Provisão para perdas de crédito estimadas  | 3.781             | 3.104             |
| Prejuízo Fiscal                            | -                 | 13.946            |
| Outras provisões                           | 686               | 1.139             |
| <b>Passivo:</b>                            |                   |                   |
| Atualização monetária ativo financeiro     | (19.860)          | (10.678)          |

|  |                 |                 |
|--|-----------------|-----------------|
| Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás) | (55.714)        | (30.608)        |
| Base do IRPJ e CSLL fiscal diferido                            | <u>(61.712)</u> | <u>(16.681)</u> |
| Imposto de renda diferido                                      | (15.428)        | (4.170)         |
| Contribuição social diferida                                   | (5.554)         | (1.501)         |
| <b>Total de IRPJ e CSLL diferidos</b>                          | <b>(20.982)</b> | <b>(5.671)</b>  |

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

|             | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|-------------|-------------------|-------------------|
| 2019        | -                 | 5.129             |
| 2020        | (1.459)           | (2.055)           |
| 2021        | (13.962)          | (2.055)           |
| 2022 a 2024 | (5.561)           | (6.690)           |
|             | <u>(20.982)</u>   | <u>(5.671)</u>    |

Os créditos e débitos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 21.290 (R\$ 5.671 em 31 de dezembro de 2018).

## 10. Ativos de concessão - ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

### 10.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.
- Valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação classificadas como ativos de contrato de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1).

| Ativo de concessão                            | Custo          | Amortização      | Líquido        |                |
|---|----------------|------------------|----------------|----------------|
|   |                |                  | 31/12/2019     | 2018           |
| Ativo financeiro indenizável da concessão (a) | 144.813        | -                | 144.813        | 123.001        |
| Ativo intangível (b)                          | 380.681        | (253.083)        | 127.598        | 152.538        |
| Ativo de contrato (c)                         | 26.734         | -                | 26.734         | 25.719         |
| <b>Total do ativo de concessão</b>            | <b>552.228</b> | <b>(253.083)</b> | <b>299.145</b> | <b>301.258</b> |

## 10.2 Ativo financeiro da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Estado do Paraná, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro. O valor a receber é atualizado mensalmente pelo IGP-DI/FGV Índice Geral de Preços, até o efetivo recebimento.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

|   | Saldo em<br>31/12/2018 | Movimentações - 2019 |                   |          | Saldo em<br>31/12/2019 |
|---|------------------------|----------------------|-------------------|----------|------------------------|
|   |                        | Adições              | Transferências    | Baixas   |                        |
| Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão | 123.001                | 9.181                | 12.631            | -        | 144.813                |
| <b>Total do ativo financeiro</b>                    | <b>123.001</b>         | <b>9.181</b>         | <b>(*) 12.631</b> | <b>-</b> | <b>144.813</b>         |

(\*) Transferência do ativo intangível

|   | Saldo em<br>2017 | Movimentações - 2018 |                  |          | Saldo em<br>31/12/2018 |
|---|------------------|----------------------|------------------|----------|------------------------|
|   |                  | Adições              | Transferências   | Baixas   |                        |
| Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão | 107.791          | 9.184                | 6.026            | -        | 123.001                |
| <b>Total do ativo financeiro</b>                    | <b>107.791</b>   | <b>9.184</b>         | <b>6.026 (*)</b> | <b>-</b> | <b>123.001</b>         |

(\*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R\$ 83.297 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2019. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

## 10.3 Ativo intangível e de contrato - composição

|                                   | Vida útil<br>média<br>em anos | Saldo em<br>31/12/2019 | Movimentações - 2019 |                |        | Saldo em<br>31/12/2018 |
|-----------------------------------|-------------------------------|------------------------|----------------------|----------------|--------|------------------------|
|                                   |                               |                        | Adições              | Transferências | Baixas |                        |
| Contrato de concessão             |                               |                        |                      |                |        |                        |
| Gasodutos                         | 30                            | 312.120                | 59                   | 2.023          | -      | 310.038                |
| Equip. operação gasoduto          | 10                            | 54.807                 | -                    | 1.107          | -      | 53.700                 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 10                            | 67                     | 82                   | (18)           | -      | 3                      |

|  |    |                |                 |                 |             |                |
|--|----|----------------|-----------------|-----------------|-------------|----------------|
| Móveis e utensílios                            | 10 | 1.740          | 100             | (36)            | -           | 1.676          |
| Equip. de informática                          | 10 | 3.182          | 192             | (137)           | -           | 3.127          |
| Veículos                                       | 10 | 2.175          | -               | -               | (177)       | 2.352          |
| Software e outros                              |    | 6.590          | 1.215           | (633)           | -           | 6.008          |
| Amortização acumulada                          |    | (253.083)      | (28.865)        | -               | 148         | (224.366)      |
| <b>Total do ativo intangível</b>               |    | <b>127.598</b> | <b>(27.217)</b> | <b>2.306</b>    | <b>(29)</b> | <b>152.538</b> |
| Ativo de contrato (**)                         |    | 26.734         | 15.952          | (14.937)        |             | 25.719         |
| <b>Total do ativo intangível e de contrato</b> |    | <b>154.332</b> | <b>(11.265)</b> | <b>(12.631)</b> | <b>(29)</b> | <b>178.257</b> |

(\*\*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

|  | Vida útil<br>média<br>em anos | Saldo em<br>31/12/2018 | Movimentações - 2018 |                 |                | Saldo em<br>31/12/2017 |
|--|-------------------------------|------------------------|----------------------|-----------------|----------------|------------------------|
|  |                               |                        | Adições              | Transferências  | Baixas         |                        |
| Contrato de concessão                          |                               |                        |                      |                 |                |                        |
| Gasodutos                                      | 30                            | 310.038                | -                    | 1.507           | -              | 308.531                |
| Equip. operação gasoduto                       | 10                            | 53.700                 | 48                   | 687             | (14)           | 52.979                 |
| Benfeitorias em bens de terceiros              | 10                            | 3                      | 15                   | (16)            | (1.417)        | 1.421                  |
| Móveis e utensílios                            | 10                            | 1.676                  | 16                   | (51)            | -              | 1.711                  |
| Equip. de informática                          | 10                            | 3.127                  | 117                  | (47)            | -              | 3.057                  |
| Veículos                                       | 10                            | 2.352                  | -                    | -               | (9)            | 2.361                  |
| Software e outros                              |                               | 6.008                  | 235                  | (96)            | -              | 5.869                  |
| Amortização acumulada                          |                               | (224.366)              | (29.012)             | -               | 1.359          | (196.713)              |
| <b>Total do ativo intangível</b>               |                               | <b>152.538</b>         | <b>(28.581)</b>      | <b>1.984</b>    | <b>(81)</b>    | <b>179.216</b>         |
| Ativos de contrato (**)                        |                               | 25.719                 | 15.186               | (8.010)         | (929)          | 19.472                 |
| <b>Total do ativo intangível e de contrato</b> |                               | <b>178.257</b>         | <b>(13.395)</b>      | <b>(6.026)*</b> | <b>(1.010)</b> | <b>198.688</b>         |

(\*\*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão. A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

## 11. Fornecedores

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fornecedor de gás - Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15) | 77.319            | 119.592           |
| Fornecedores de materiais e serviços no país                              | 5.715             | 6.034             |
| <b>Total fornecedores</b>   | <b>83.034</b>     | <b>125.626</b>    |
| Passivo circulante  | 83.034            | 97.181            |
| Passivo não circulante  | -                 | 28.445            |

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou a renegociação de seus contratos de compra de gás natural com o supridor, alterando o perfil da dívida e reduzindo sua obrigação a curto prazo com um parcelamento em até 36 parcelas mensais, reconhecidas em resultado, a medida em que os pagamentos fossem efetuados. Em 27 de dezembro de 2019 a Companhia liquidou esta obrigação com o supridor no montante de R\$ 28.483.

## 12. Impostos a pagar

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| IRPJ                                       | 31.621            | -                 |
| CSLL                                       | 11.793            | -                 |
| ICMS                                       | 7.261             | 5.725             |
| Imposto de renda retido na fonte           | 4.438             | 3.913             |
| COFINS                                     | 3.223             | 1.581             |
| INSS                                       | 614               | 559               |
| PIS  | 563               | 342               |
| FGTS                                       | 206               | 202               |
| Outros impostos                            | -                 | 1                 |
| <b>Total impostos a pagar – circulante</b> | <b>59.719</b>     | <b>12.323</b>     |

## 13. Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

### 13.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

| <b>Natureza</b>        | <u>31/12/2018</u> | <u>Adições</u> | <u>Quitação</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------|-------------------|----------------|-----------------|-------------------|
| Cíveis (a)             | 235               | 7              | -               | 242               |
| Trabalhistas (b)       | 22                | 285            | -               | 307               |
| <b>Valor total R\$</b> | <b>257</b>        | <b>292</b>     | <b>-</b>        | <b>549</b>        |

#### *a) Cíveis*

As ações cíveis nas quais a Companhia é parte referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão cível foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

#### *b) Trabalhistas*

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

### 13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

| <b>Natureza</b>  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Cíveis (a)   | 47.228            | 43.396            |
| Fiscais (b)  | 2.996             | 3.196             |
| Trabalhistas (c)                                       | 1.798             | 222               |
| <b>Valor líquido das estimativas para litígios R\$</b> | <b>52.022</b>     | <b>46.814</b>     |

**a) Cíveis**

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações que discutem direito de passagem e de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. Em 31 de dezembro de 2019 o montante estimado como perda possível relativo às demandas cíveis era de aproximadamente R\$ 47.228 (R\$ 43.396 em 31 de dezembro de 2018), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

**b) Fiscais**

Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 2.996 (R\$ 3.196 em 31 de dezembro de 2018). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

**c) Trabalhistas**

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2019, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 1.798 (R\$ 222 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

## **14. Patrimônio líquido**

### **14.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2018) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social. A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

|   | <u>Participação</u> | <u>Ordinárias</u> | <u>Preferenciais</u> | <u>Total</u>      |
|---|---------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| Companhia Paranaense de Energia - Copel | 51,00%              | 5.712.000         | 11.424.000           | 17.136.000        |
| Petrobras Gás S.A. - Gaspetro           | 24,50%              | 2.744.000         | 5.488.000            | 8.232.000         |
| Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.    | 24,50%              | 2.744.000         | 5.488.000            | 8.232.000         |
| <b>Totais</b>                           | <b>100,00%</b>      | <b>11.200.000</b> | <b>22.400.000</b>    | <b>33.600.000</b> |

### **14.2 Reserva legal**

O Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Capital social                            | 220.966           | 220.966           |
| Reserva legal                             | 39.345            | 30.044            |
| = Percentual da reserva legal constituída | 17,81%            | 13,60%            |

### 14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

|                               | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Capital social                | 220.966           | 220.966           |
| Reserva de retenção de lucros | 287.330           | 158.601           |

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 24 de abril de 2020 a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária deliberará sobre a integralização de capital no montante de R\$ 52.142, que serão transferidos da reserva de retenção de lucros.

### 14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2019, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício  | 186.015           | 82.527            |
| Reserva legal (5%)  | (9.301)           | (4.126)           |
| Dividendos propostos pela Administração                                 |                   |                   |
| Dividendos  | 22.608            | 635               |
| Juros sobre capital próprio   | 25.377            | 22.312            |
| (-) IRRF - JCP  | (3.807)           | (3.347)           |
| <b>Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar</b> | <b>44.178</b>     | <b>19.600</b>     |
| Participação do dividendo no Lucro após reserva legal                   | 25,0%             | 25,0%             |

Conforme Lei 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

## 14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R\$ | 186.015           | 50.612            |
| Ações ordinárias   | 11.200            | 11.200            |
| Ações preferenciais  | 22.400            | 22.400            |
| Total de ações preferenciais e ordinárias                                    | 33.600            | 33.600            |
| Lucro/ação R\$   | 5,54              | 1,50              |

## 15. Transações com partes relacionadas

### 15.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

| Parte relacionada / natureza da operação   | Ativo      |            | Passivo    |            | Resultado  |            |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|  | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| <b>Controlador</b>                         |            |            |            |            |            |            |
| Companhia Paranaense de Energia - Copel    |            |            |            |            |            |            |
| Dividendos a pagar                         | -          | -          | 22.531     | 9.996      | -          | -          |
| Entidades com influência significativa     |            |            |            |            |            |            |
| Petrobras Gás S.A. - Gaspetro              |            |            |            |            |            |            |
| Dividendos a pagar                         | -          | -          | 10.824     | 4.802      | -          | -          |
| Reembolso de salários                      | -          | -          | 1.841      | 1.214      | (627)      | (466)      |
| Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.       |            |            |            |            |            |            |
| Dividendos a pagar                         | -          | -          | 10.824     | 4.802      | -          | -          |
| Reembolso de salários                      | -          | -          | 2.581      | 1.720      | (637)      | (632)      |
| <b>Outras partes relacionadas</b>          |            |            |            |            |            |            |
| Araucária Nitrogenados - ANSA              |            |            |            |            |            |            |
| QPNR/Take or Pay                           | -          | -          | 74.103     | 98.367     | (8.633)    | -          |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras       |            |            |            |            |            |            |
| QPNR/Take or Pay                           | 209.105    | 192.402    | -          | -          | 48.846     | -          |
| Aquisição de gás para revenda              | -          | -          | -          | -          | (610.644)  | (292.167)  |
| Renegociação contratual                    | -          | -          | 77.319     | 119.592    | -          | -          |
| Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras   |            |            |            |            |            |            |
| Receita com venda de gás                   | 260        | 449        | -          | -          | 10.104     | 7.236      |
| Outras receitas                            | -          | -          | -          | -          | 9          | 15         |
| Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos |            |            |            |            |            |            |
| Receita com venda de gás                   | -          | 16         | -          | -          | 91         | 459        |
| UEG Araucária Ltda.                        |            |            |            |            |            |            |
| Receita com venda de gás                   | 199        | 199        | -          | -          | 1.165      | 2.277      |
| Outras receitas                            | 1.142      | 6.087      | -          | -          | -          | -          |
| Copel Distribuição S.A.                    |            |            |            |            |            |            |
| Consumo de energia elétrica                | -          | -          | -          | -          | (136)      | (214)      |
| Copel Telecomunicações S.A.                |            |            |            |            |            |            |
| Rede conexão / internet                    | -          | -          | -          | -          | (84)       | (143)      |
| <b>BNDES* e BNDESPAR</b>                   |            |            |            |            |            |            |
| Financiamentos                             | -          | -          | 11.783     | 17.652     | (1.194)    | (2.174)    |

(\*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel

## 15.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 106ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 3.490 para o ano de 2019.

## 16. Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de benefício previdenciário e Plano de benefício assistencial.

### 16.1 Balanço patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.846, conforme demonstrado no quadro abaixo:

|                                      | <u>Plano de<br/>previdência</u> | <u>Plano de<br/>assistência saúde</u> | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Valor presente das obrigações totais | 3.337                           | 8.846                                 | 12.183            | 9.821             |
| Valor justo dos ativos               | (3.337)                         | -                                     | (3.337)           | (3.662)           |
| <b>Passivo não circulante</b>        | <b>-</b>                        | <b>8.846</b>                          | <b>8.846</b>      | <b>6.159</b>      |

### 16.2 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de “Plano III”, é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2019, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

|                            | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Plano de assistência saúde | 1.277             | (188)             |
|                            | <b>1.277</b>      | <b>(188)</b>      |

### 16.3 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

#### 16.3.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro | 6.159             | 5.659             |
| Custo do serviço corrente e juros                      | 782               | 793               |
| Benefícios pagos                                       | (30)              | (8)               |
| (Ganho)/perda atuarial                                 | 1.934             | (285)             |
|  | <b>8.846</b>      | <b>6.159</b>      |

### 16.3.2 Componentes da despesa do plano (Pró-saúde) projetada

|                  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Custo do serviço | 281               | 240               |
| Custo dos juros  | 548               | 542               |
|                  | <u>829</u>        | <u>782</u>        |

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

| <b>Dados populacionais</b>                          | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Ativos</b>                                       |                   |                   |
| Número de participantes ativos:                     | 157               | 161               |
| Idade média em anos:                                | 44,84             | 43,63             |
| Serviço creditado total                             | 10,95             | 10,39             |
| Tempo para aposentadoria                            | 12,44             | 13,33             |
| Renda média em R\$                                  | 11.643,80         | 9.483,91          |
| <b>Aposentados</b>                                  |                   |                   |
| Número de participantes aposentados:                | 8                 | 3                 |
| Idade média em anos:                                | 60,17             | 58,41             |
| Benefício médio em R\$                              | 3.947,87          | 2.697,60          |
| População total                                     | 167               | 164               |
| <b>Hipóteses econômicas</b>                         |                   |                   |
| Taxa de anual de juro atuarial real (Duration)      | 3,20              | 4,60              |
| Taxa anual de inflação projetada                    | 2,90              | 4,50              |
| Taxa anual real de evolução salarial                | 2,00              | 2,00              |
| Taxa anual de evolução custos médicos               | 1,00              | 2,50              |
| Aging Factor  | 3,80              | -                 |
| Taxa real de evolução de benefícios                 | 4,00              | 0                 |
| Taxa real de evolução de benefícios do regime geral | 0                 | 0                 |
| Fator de capacidade (benefícios e salários)         | 98,50             | 97,75             |
| <b>Hipóteses atuariais</b>                          |                   |                   |
| Taxa de rotatividade                                |                   | 0,0%              |
| Tábua de mortalidade de ativos e inativos           |                   | AT-2000 (M/F)-10% |
| Tábua de mortalidade de inválidos                   |                   | Winklevoss        |
| Tábua de invalidez                                  |                   | Tasa 1927         |
| % de casados na data de aposentadoria               |                   | 80%               |
| Diferença de idade entre homens e mulheres          |                   | Real (ou 4 anos)  |

## 17. Debentures

A companhia emitiu debêntures conforme quadro abaixo:

|   | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| BNDES Participações S.A BNDESPAR (17.1) | 11.783            | 17.652            |
| Simplific Pavarini DTVM Ltda (17.2)     | 43.000            | -                 |
| <b>Total</b>                            | <u>54.783</u>     | <u>17.652</u>     |
| Passivo circulante                      | 34.547            | 5.919             |
| Passivo não circulante                  | 20.236            | 11.733            |

- 17.1** Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620, para financiar o plano de investimentos da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros compensatórios, calculados pro rata temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição, integralização, deduzido de quaisquer eventos financeiros, previstos ou não contratualmente. Da mesma forma, de acordo com o contrato, um evento financeiro compreende parcela de juros, amortização, resgate, conversão, permuta e outros eventos que venham alterar o preço unitário.

| Emissão | Data de emissão | Nº de parcelas | Vencimento |            | Encargos financeiros a.a. (juros) | Valor do contrato |               |
|---------|-----------------|----------------|------------|------------|-----------------------------------|-------------------|---------------|
|         |                 |                | Inicial    | Final      |                                   | 31/12/2019        |               |
| 1ª      | 16.12.2013      | 40             | 15.09.2015 | 15.12.2018 | TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.              | 62.626            | -             |
| 2ª      | 16.06.2014      | 40             | 15.09.2015 | 15.12.2018 | TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.              | 62.626            | -             |
| 3ª      | 21.10.2014      | 40             | 15.09.2015 | 15.12.2018 | TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.              | 62.626            | -             |
| 4ª      | 27.04.2015      | 40             | 15.09.2015 | 15.12.2018 | TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.              | 62.626            | -             |
| 1ª      | 15.04.2016      | 54             | 15.07.2017 | 15.12.2021 | TJLP+2,17%a.a.                    | 33.620            | 6.001         |
| 1ª      | 15.04.2016      | 54             | 15.07.2017 | 15.12.2021 | SELIC+2,17%a.a.                   | 33.620            | 5.782         |
|         |                 |                |            |            |                                   |                   | <u>11.783</u> |

| Encargos financeiros          | Garantia          | Garantidora           | Agente fiduciário                |                   |  |
|-------------------------------|-------------------|-----------------------|----------------------------------|-------------------|--|
| Juros pagos trimestralmente   | Flutuante         | Compagas              | BNDES Participações S.A BNDESPAR |                   |  |
| <b>Mutação dos debêntures</b> | <b>Circulante</b> | <b>Não circulante</b> | <b>31/12/2019</b>                | <b>31/12/2018</b> |  |
| Saldo anterior                | 5.919             | 11.733                | 17.652                           | 42.675            |  |
| Ingressos                     | -                 | -                     | -                                | -                 |  |
| Encargos                      | 1.194             | -                     | 1.194                            | 2.627             |  |
| Transferências                | 5.858             | (5.858)               | -                                | -                 |  |
| Amortização - principal       | (5.874)           | -                     | (5.874)                          | (25.061)          |  |
| Pagamento - encargos          | (1.188)           | -                     | (1.188)                          | (2.589)           |  |
| <b>Total</b>                  | <b>5.909</b>      | <b>5.874</b>          | <b>11.783</b>                    | <b>17.652</b>     |  |

#### 17.1.1.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31/12/2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento à todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures (Dívida líquida/Ebitda menor ou igual a 3,50 e Endividamento Geral menor ou igual a 0,70).

|                           | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Dívida Líquida            | (107.383)         | (72.503)          |
| Ebitda                    | 106.123           | 126.670           |
| = Dívida líquida / Ebitda | (1,01)            | (0,57)            |

|                                |  |                   |                   |
|--------------------------------|--|-------------------|-------------------|
| Endividamento geral            |  | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
| Exigível total                 |  | 203.249           | 199.397           |
| Ativo total                    |  | 669.220           | 607.673           |
| = Exigível total / Ativo total |  | 0,30              | 0,35              |

- 17.2 Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada pela Simplific Pavarini DTVM Ltda., com distribuição pública de esforços restritos, no valor de R\$ 43.000 para refinanciamento do passivo da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 43.000. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a data da primeira integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios.

| Emissão | Data de emissão | Nº de parcelas | Vencimento |            | Encargos financeiros a.a. (juros) | Valor do contrato | 31/12/2019    |
|---------|-----------------|----------------|------------|------------|-----------------------------------|-------------------|---------------|
|         |                 |                | Inicial    | Final      |                                   |                   |               |
| 3ª      | 17.12.2019      | 18             | 27.01.2020 | 28.06.2021 | Taxa DI + Spread 0,88%a.a.        | 43.000            | 43.000        |
|         |                 |                |            |            |                                   |                   | <u>43.000</u> |

|  |                         |                                |   |
|--|-------------------------|--------------------------------|---|
| <b>Encargos financeiros</b><br>Juros pagos mensalmente | <b>Garantia</b><br>Real | <b>Garantidora</b><br>Compagas | <b>Agente fiduciário</b><br>Simplific Pavarini DTVM Ltda. |
|--|-------------------------|--------------------------------|---|

| Mutação dos debêntures     | Circulante    | Não circulante | 31/12/2019    | 31/12/2018 |
|----------------------------|---------------|----------------|---------------|------------|
| Saldo anterior             | -             | -              | -             | -          |
| Ingressos                  | 30.149        | 14.597         | 44.746        | -          |
| Encargos                   | -             | -              | -             | -          |
| (-) Encargos a transcorrer | (1.511)       | (235)          | (1.746)       | -          |
| Transferências             | -             | -              | -             | -          |
| Amortização - principal    | -             | -              | -             | -          |
| Pagamento - encargos       | -             | -              | -             | -          |
| <b>Total</b>               | <b>20.638</b> | <b>14.362</b>  | <b>43.000</b> | <b>-</b>   |

#### 17.2.1.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusula que requer a cessão fiduciária sobre determinados créditos a receber de titularidade da Companhia mantidos em conta corrente vinculada, não movimentável por esta, junto ao Banco Depositário.

Há, ainda, cláusula que requer a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como condições a serem observadas: ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia.

Em 31/12/2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento à todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures. (Dívida líquida/Ebitda menor ou igual a 3,50).

|                           |                   |                   |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Dívida Líquida            | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|                           | (107.383)         | (72.503)          |
| Ebitda                    | 106.123           | 126.670           |
| = Dívida líquida / Ebitda | (1,01)            | (0,57)            |

## 18.Receita operacional líquida - venda de gás e serviços

|                                      | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de vendas de gás             | 1.021.382         | 756.303           |
| Receita de serviços                  | 1.165             | 6.212             |
| Impostos sobre vendas                | (265.898)         | (196.611)         |
| <b>Receita operacional líquida</b>   | <b>756.650</b>    | <b>565.904</b>    |
| Receitas de construção – ICPC 01(R1) | 12.153            | 13.478            |

## 19.Custos e despesas por natureza

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Compra de gás natural                            | (610.644)         | (427.669)         |
| Pessoal  | (36.573)          | (34.240)          |
| Amortização                                      | (30.880)          | (29.012)          |
| Serviços de terceiros                            | (14.679)          | (18.463)          |
| Despesas gerais                                  | (8.363)           | (13.100)          |
| Locações   | (6.796)           | (4.926)           |
| Tributos e taxas fiscais                         | 93                | (5.680)           |
| Materiais  | 16                | (1.863)           |
| Distribuição de gás                              | (283)             | (1.577)           |
| <b>Total</b>                                     | <b>(708.109)</b>  | <b>(536.530)</b>  |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (656.873)         | (472.764)         |
| Despesas gerais e administrativas                | (39.609)          | (45.734)          |
| Despesas com vendas                              | (11.626)          | (18.032)          |
| <b>Total</b>                                     | <b>(708.109)</b>  | <b>(536.530)</b>  |
| Custos de construção ICPC 01(R1)                 | (12.153)          | (13.478)          |

## 20.Outras receitas operacionais, líquidas

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| (Despesa) receita com Encargos contratuais         | (1.376)           | 4.958             |
| Receitas operacionais – créditos de PIS/COFINS (*) | 123.946           | -                 |
| Receitas operacionais – Outras                     | 20.807            | 44.235            |
| Recuperação de despesas                            | 26.611            | 16.024            |
| COFINS e PIS recuperados                           | 2.225             | 3.067             |
| <b>Total</b>                                       | <b>172.213</b>    | <b>68.284</b>     |

(\*) Valor original dos impostos oriundos do Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000 conforme descrito na nota explicativa 8.

## 21.Despesas e receitas financeiras

|  | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Rendimento de aplicações financeiras           | 6.139             | 5.468             |
| Despesas financeiras                           | (10.680)          | (17.538)          |
| Juros sobre o crédito de PIS/COFINS (nota 8.b) | 38.434            | -                 |
| Juros e outras                                 | 12.876            | 13.667            |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>            | <b>46.769</b>     | <b>1.597</b>      |

As despesas financeiras contemplam a atualização do contas a pagar junto à Petrobras e as receitas de juros e outras, a atualização dos valores de ativos financeiros da concessão e a atualização dos impostos a compensar oriundos do Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000 conforme descrito na nota explicativa 8.

## 22. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de mercado

Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

### 22.1 Categoria de instrumentos financeiros

| <b>Ativos financeiros</b>              | <u>31/12/2019</u> | <u>31/12/2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo Amortizado                       |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 141.696           | 90.155            |
| Clientes                               | 99.839            | 97.513            |
| Aplicações financeiras                 | 7.894             | 7.539             |
| Valor Justo por meio do Resultado      |                   |                   |
| Ativos financeiros da concessão        | 144.813           | 123.001           |
| Créditos nas operações de venda de gás | 135.000           | 93.955            |
| <b>Passivos financeiros</b>            |                   |                   |
| Custo Amortizado                       |                   |                   |
| Fornecedores - aquisição de gás        | 77.319            | 119.592           |
| Debêntures                             | 54.783            | 17.652            |
| Outros fornecedores                    | 5.715             | 6.034             |

## 23. Fatores de risco

### 23.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

|                                   | <u>31/12/2019</u> | <u>Valor contábil<br/>31/12/2018</u> |
|-----------------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Ativos financeiros                |                   |                                      |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 141.696           | 90.155                               |
| Clientes (ii)                     | 99.839            | 97.513                               |
|                                   | <u>241.535</u>    | <u>187.668</u>                       |

**(i) Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de risco de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 4.

**(ii) Clientes**

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível, diluindo assim o risco de inadimplência.

## 23.2 Risco de Mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

**(i) Risco cambial**

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais(R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

|                  | <u>31/12/2019</u> |                |                          |
|------------------|-------------------|----------------|--------------------------|
|                  | <u>Ativo</u>      | <u>Passivo</u> | <u>Exposição líquida</u> |
| Fornecedores     |                   |                |                          |
| Aquisição de gás | -                 | 77.319         | 77.319                   |
|                  | <u>-</u>          | <u>77.319</u>  | <u>77.319</u>            |

|                  | <u>31/12/2018</u> |                |                          |
|------------------|-------------------|----------------|--------------------------|
|                  | <u>Ativo</u>      | <u>Passivo</u> | <u>Exposição líquida</u> |
| Fornecedores     |                   |                |                          |
| Aquisição de gás | -                 | 119.592        | 119.592                  |
|                  | <u>-</u>          | <u>119.592</u> | <u>119.592</u>           |

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

### 23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nestas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

| <b>Instrumentos financeiros não derivativos</b> | <b>31/12/2019</b> |                                      |                |
|---|-------------------|--------------------------------------|----------------|
|   | <b>Até um ano</b> | <b>Mais de dois e até cinco anos</b> | <b>Total</b>   |
| <b>Ativo</b>                                    |                   |                                      |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                   | 141.696           | -                                    | 141.696        |
| Clientes  | 99.839            | -                                    | 99.839         |
| Aplicação financeira                            | -                 | 7.894                                | 7.894          |
| Ativos financeiros da concessão                 | -                 | 144.813                              | 144.813        |
| Créditos nas operações de venda de gás          | -                 | 135.000                              | 135.000        |
| <b>Total ativo</b>                              | <b>241.535</b>    | <b>287.707</b>                       | <b>529.242</b> |
| <b>Passivo</b>                                  |                   |                                      |                |
| Debêntures                                      | 34.547            | 20.236                               | 54.783         |
| Fornecedores                                    | 5.715             | -                                    | 5.715          |
| Fornecedores - aquisição de gás                 | 77.319            | -                                    | 77.319         |
| <b>Total passivo</b>                            | <b>117.581</b>    | <b>20.236</b>                        | <b>137.817</b> |

| <b>Instrumentos financeiros não derivativos</b> | <b>31/12/2018</b> |                                      |                |
|---|-------------------|--------------------------------------|----------------|
|   | <b>Até um ano</b> | <b>Mais de dois e até cinco anos</b> | <b>Total</b>   |
| <b>Ativo</b>                                    |                   |                                      |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                   | 90.155            | -                                    | 90.155         |
| Clientes  | 97.513            | -                                    | 97.513         |
| Aplicação financeira                            | -                 | 7.539                                | 7.539          |
| Ativos financeiros da concessão                 | -                 | 123.001                              | 123.001        |
| Créditos nas operações de venda de gás          | -                 | 93.955                               | 93.955         |
| <b>Total ativo</b>                              | <b>187.668</b>    | <b>224.495</b>                       | <b>412.163</b> |
| <b>Passivo</b>                                  |                   |                                      |                |
| Debêntures                                      | 5.919             | 11.733                               | 17.652         |
| Fornecedores                                    | 6.034             | -                                    | 6.034          |
| Fornecedores - aquisição de gás                 | 119.592           | -                                    | 119.592        |
| <b>Total passivo</b>                            | <b>131.545</b>    | <b>11.733</b>                        | <b>143.278</b> |

### 24.Seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas

operações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

| <b>Modalidade</b>                        | <b>Data de vigência</b> | <b>Importância segurada R\$</b> |
|--|-------------------------|---------------------------------|
| Responsabilidade civil e danos materiais | 26/04/2020              | 300                             |
| Responsabilidade civil e danos materiais | 17/11/2020              | 300                             |
| Riscos operacionais                      | 28/02/2020              | 3.000                           |
| Responsabilidade civil                   | 16/02/2020              | 5.000                           |
| Responsabilidade civil e danos materiais | 20/06/2020              | 15.000                          |

## 25. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16), a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

### 25.1 Direito de uso de ativos

|          | Adoção inicial em<br>01/01/2019 | Adições | Amortização | Saldo em<br>31/12/2019 |
|----------|---------------------------------|---------|-------------|------------------------|
| Imóveis  | 14.356                          | 282     | (1.662)     | 12.976                 |
| Veículos | -                               | 2.295   | (364)       | 1.931                  |
|          | 14.356                          | 2.577   | (2.026)     | 14.907                 |

### 25.2 Passivo de arrendamentos

#### 25.2.1 Mutações do passivo de arrendamentos

|                              |               |
|------------------------------|---------------|
| Adoção inicial em 1º.01.2019 | 14.356        |
| Adições                      | 2.577         |
| Encargos                     | 1.377         |
| Pagamento - principal        | (2.026)       |
| Pagamento - encargos         | (795)         |
| <b>Em 31/12/2019</b>         | <b>15.489</b> |

A taxa de desconto em 31/12/2019 é de 9,10% a.a.

#### 25.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

|           |               |
|-----------|---------------|
| 2020      | 1.698         |
| 2021      | 1.821         |
| 2022      | 1.957         |
| 2023      | 2.109         |
| Após 2024 | 7.904         |
|           | <b>15.489</b> |

### 25.2.3 Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e arrendamentos de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais. O Saldo de compromissos de arrendamentos de aluguéis está demonstrado a seguir:

|   | <u>Até 1 ano</u> | <u>1 a 5 anos</u> | <u>Mais de 5 anos</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| <u>Compromissos de arrendamentos e aluguéis</u> | 1.698            | 9.429             | 4.362                 | 15.489            |

## 26.Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

\* \* \*